

## **A micropolítica e a segmentaridade da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná<sup>134</sup>**

**Josiane Carine Wedig<sup>135</sup>**

Este artigo discute a atuação da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná (que reúne faxinalenses, quilombolas, indígenas, benzedeiros, membros de religiões afro-brasileiras, cipozeiros, pescadores artesanais e ilhéus). Reunir-se coletivamente nesse espaço da Rede Puxirão requer dos agentes um exercício constante de alteridade, um movimento por meio do qual se deslocam de sua própria condição por meio da relação que estabelecem com os outros, através de uma micropolítica da percepção, da afecção, do diálogo etc. São, portanto, afetados, modificados e compostos como sujeitos individuais e coletivos. Nessa inter-relação, buscam construir um modo de reconhecimento mútuo, em que aquilo que afeta um segmento passa a ser considerado pelos demais nos encaminhamentos coletivos das lutas que realizam. Os segmentos se organizam coletivamente na Rede Puxirão, sem, contudo, se unificar, ou seja, as suas diferenças não se dissolvem na identidade do todo: ao mesmo tempo que eles se aproximam para realizar lutas conjuntas, cada segmento, e mesmo cada grupo, continua a realizar suas lutas específicas. Buscamos, desse modo, compreender como ocorre a organização política e que ações coletivas realizam e enunciam esses segmentos, em torno de demandas territoriais e de reconhecimento. Consideramos que, nas ações e nas enunciações desses grupos, há elementos importantes para pensar os movimentos sociais e a política na atualidade.

---

<sup>134</sup> Agradeço aos professores Eduardo Viana Vargas e Ruben Caixeta de Queiroz pelos debates propiciados no Simpósio Temático: “Mapeamento de controvérsias, cartografias micropolíticas e narrativas etnográficas - avaliando possibilidades de conexões transversais” e pela generosidade das sugestões para este artigo.

<sup>135</sup> Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e professora adjunta de Sociologia, do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

## Introdução

Nas últimas décadas, no Brasil, tem emergido no espaço público formas de organização política e ações coletivas de grupos que se autorreconhecem (e são reconhecidos) como povos e comunidades tradicionais<sup>136</sup>: povos indígenas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, quilombolas, ribeirinhos e outros, que reivindicam o reconhecimento de seus modos de vida e de seus territórios (LITTLE, 2002; ALMEIDA, 2010; ALMEIDA & FARIAS Jr., 2013).

Estes povos são marcados pela violência colonial, que os submeteu (e continua) a diversos processos de expropriação, genocídios, subordinação política pela força, tentativas de assimilação e integracionismo (LANDER, 2005). Seus territórios foram considerados como “espaços vazios” pelo Estado, usados para a estruturação de projetos de desenvolvimento oficial, em nome de racionalidades produtivas e econômicas, de proteção de fronteiras ou outras razões, sempre em detrimento das ocupações dos coletivos que viviam nestes espaços, uma vez que seus moradores não eram reconhecidos. A instituição da propriedade privada e mercantilizada da terra e as conseqüentes violências dela decorrente também operaram processos de sobrecodificação sobre esses territórios. Além disso, a expansão das fronteiras agrícolas e a introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde (a partir da década de 1970), ameaçaram cada vez mais os modos de existência desses povos, pelo avanço do agronegócio e pela série de entraves jurídicos para o reconhecimento das suas ocupações<sup>137</sup>.

---

<sup>136</sup> O termo povos (e comunidades) tradicionais tem um caráter social e político que aparece no Brasil no contexto de expansão das fronteiras (principalmente agrícolas) em que o conceito passa a englobar um conjunto de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios frente a usurpação por parte do Estado-nação e outros grupos sociais hegemônicos (LITTLE, 2002).

<sup>137</sup> Há uma série de medidas que a bancada ruralista brasileira tem organizado contra as terras indígenas e quilombolas. Entre elas podemos citar a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 215/2000, de autoria do deputado de Roraima, Almir Sá, do Partido Progressista Brasileiro (PPB), que propõe a transferência do poder



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Como resistência a estes processos, os povos e comunidades tradicionais realizam enfrentamentos constantes aos órgãos do Estado e aos grupos hegemônicos, defendendo seus modos de vida e territórios, que são irredutíveis às formas hegemônicas de vida fomentadas pelo Estado – o não quer dizer que elas ocorram de forma independente dele. Atualmente, estes coletivos estão organizados politicamente em diversos lugares do país (e também em outros países) e constituíram redes de ação coletiva articuladas nas esferas local, regional, estadual, nacional e transnacional, compondo associações, federações, movimentos interestaduais, conselhos nacionais, coordenações, articulações etc., e levam suas demandas por reconhecimento para os espaços públicos, com reivindicações ao Estado.

Povos e comunidades tradicionais estão fortemente marcados por laços de vizinhança, parentesco e alianças. Ademais, grande parte deles se organiza por um regime de uso comum da terra, com um sentido de pertencimento a um lugar específico, com longo tempo de ocupação guardada na memória coletiva (LITTLE, 2002). Cabe salientar que o “tradicional” a que se refere essa categoria não remete a uma unidade ligada ao passado, nem a laços primordiais, mas a identidades que são redefinidas nos processos de mobilização, em que a dinâmica político-organizativa sobressai na composição de identidades coletivas, para fazer frente aos antagonistas e aos aparatos do Estado (ALMEIDA, 2010).

---

executivo para o poder legislativo, a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>> Acesso em: 09 de julho de 2013.



### **A perspectiva genealógica para a compreensão das ações coletivas**

A pesquisa genealógica proposta por Foucault pode auxiliar na compreensão das ações coletivas realizadas por povos e comunidades tradicionais, ao propor seguir os caminhos dos “saberes locais descontínuos, desqualificados, não legítimos” (FOUCAULT, 1994b, p.165). Trata-se, portanto, de perceber a insurreição de saberes (e práticas), de modos de existência que atuam contra os efeitos de poder centralizadores e, deste modo, o método genealógico opera uma tentativa de desassujeitamento dos saberes históricos, tornando-os capazes de lutar contra a ordem do discurso hegemônico. A partir das ações coletivas destes grupos são reativados os saberes locais e das minorias – que aqui não se distingue da maioria pelo número, mas por “fazer valer a potência do não numerável” (DELEUZE & GUATTARI, 1997b, p.174).

A genealogia pode ser concebida também como uma cartografia que conecta questões espaço-temporais, expressões territoriais e lutas pela diferença. Uma cartografia das práticas e dos enunciados políticos, dos territórios e das ações coletivas. A cartografia como descrição de uma rede – compreendida como rizoma (DELEUZE & GUATTARI, 1995) – formada de inter-relações entre diversos agentes, segmentos, saberes e práticas. Em um rizoma não há “ponto de origem ou de princípio primordial comandando todo o pensamento; portanto, nada de avanço significativo que não se faça por bifurcação, encontro imprevisível, reavaliação do conjunto a partir de um ângulo inédito” (ZOURABICHVILI, 2004, p.98).

Realizar a genealogia das formas de luta, dos “saberes sujeitados”, permite fazer emergir os conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais e, ao mesmo tempo, fazer eclodir aqueles saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados, considerados como saberes ingênuos e hierarquicamente inferiores. É, portanto, uma construção que se faz pelo reaparecimento dos saberes das pessoas, que não se constituem como um saber comum, mas um saber particular, um saber local, regional, um

saber diferencial. Neste sentido, a genealogia é um acoplamento das memórias locais, que permitem fazer emergir um saber histórico das lutas e a mobilização desses saberes nas táticas atuais (FOUCAULT, 1999).

Considerando que a genealogia se opõe à unicidade da narrativa histórica e da busca das origens, seguimos a proposta de Foucault (1994a, p. 136) de “localizar a singularidade dos acontecimentos, fora de qualquer finalidade monótona”, lhes espreitando “lá onde eles são menos esperados”. Esses traços de acontecimentos singulares não devem ser buscados apenas no passado, mas também nas possibilidades dos acontecimentos atuais (REVEL, 2009). Deste modo, ao traçar a genealogia da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, percorremos as condições de seu aparecimento, da sua singularidade a partir de múltiplos elementos, em que ela não aparece enquanto produto, mas como efeito (FOUCAULT, 2008). Seguimos as redes de alianças, de comunicação, de apoio, a partir da diversidade, da dispersão e do acaso dos começos que permitiram sua constituição. Para isso, partimos das memórias das lutas, e das trajetórias que organizam as lutas atuais.

A construção da genealogia, não visa elaborar um princípio de fechamento, explicando o que a Rede Puxirão é (pois, os processos políticos continuam a ocorrer), mas, tornar conhecidos os processos que possibilitaram que ela se constituísse e aqueles que falam de sua composição atual, buscando compreender os agenciamentos que produziram a organização e mobilização dos segmentos.

### **A Rede Puxirão e seus territórios**

A Rede Puxirão organizou-se em uma região (Centro-Sul do Paraná) cuja sequência de exploração econômica oficial teve início no século XVII, por meio da mineração, da produção de gado, de erva-mate e de madeira. No Paraná, como também ocorreu em outras regiões do país, o Estado fomentou projetos de colonização que desconsideraram as



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

ocupações dos territórios dos povos indígenas e de várias outras comunidades tradicionais que foram invisibilizadas nesse processo, principalmente os denominados *caboclos*. Esses grupos que viviam nessas áreas foram sendo delas excluídos e tendo que se deslocar para outras regiões, que ainda não haviam sido alcançadas pela privatização e mercantilização da terra.

Em 2008 foi constituída a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, reunindo ativistas<sup>138</sup> de faxinalenses, benzedeiros, ilhéus, cipozeiros, indígenas, quilombolas, membros de religiões afro-brasileiras e pescadores artesanais – denominações locais que referem ao modo como os grupos se autorreconhecem e são reconhecidos. Há estudos específicos feitos sobre cada um destes segmentos, contudo, o objetivo de nosso estudo foi compreender as alianças que eles estabelecem entre si. Fazemos uma breve descrição de cada um destes segmentos.

Os faxinais se caracterizam pelo uso comum da terra, cuja ocupação se deu ainda no período colonial. Os faxinalenses realizaram e realizam resistências diversas contra os processos de perda de seus territórios ao longo das gerações, enfrentando conflitos decorrentes, da expansão da agricultura monocultora e da atividade de exploração florestal por grandes madeireiras (SOUZA, 2010). Um levantamento recente das áreas de faxinais no Paraná, realizado pelo Projeto de Nova Cartografia Social, identificou 250 faxinais.

Algumas benzedeiros do Paraná organizaram-se coletivamente – frente a um cenário de “invisibilidade social, preconceito e marginalização dos ofícios tradicionais de curas” (BOLETIM INFORMATIVO BENZEDEIRAS, 2012, p.2) – no ano de 2008, pela designação de Detentores de Ofícios Tradicionais no Paraná, constituindo o Movimento de Aprendizes da Sabedoria – MASA que agrega diversos indivíduos que realizam práticas de

---

<sup>138</sup> Preferimos usar o termo ativista para referir os integrantes da Rede Puxirão, assinalando um engajamento permanente tanto nos espaços cotidianos como nos de organização política em que estes discutem e se mobilizam pelas pautas individuais e coletivas dos diversos segmentos.



cura, pautadas na medicina popular: benzedeiros, parteiras, curandeiros, remedeiros, rezadeiras, entre outras nomeações que variam por regiões e ofícios realizados.

No Paraná, os ilhéus eram (ou são) habitantes das Ilhas do Rio Paraná, que nos anos de 1980 somavam 12.000 pessoas, que foram atingidas pelo alagamento causado pela construção da barragem de Itaipu. Muitos ilhéus foram retirados das ilhas (sem indenização por serem considerados posseiros). Os ilhéus que permaneceram morando nas ilhas não alagadas viram seu território ser transformado no Parque Nacional da Ilha Grande e em Área de Proteção Ambiental (APA) Federal dos Rios e Várzeas do Rio Paraná, o que acarretou em uma série de restrições de uso dessas áreas.

Os cipozeiros são camponeses/artesãos que habitam o litoral do Paraná e de Santa Catarina, em municípios em que há Mata Atlântica. Os principais conflitos que enfrentam se referem à restrição do acesso ao território de onde retiram o cipó (cipó-imbé) e outras fibras da floresta para a produção de artesanato, seu principal meio de vida. De acordo com a Nova Cartografia Social, os cipozeiros devem ser hoje, aproximadamente, sete mil pessoas.

A Articulação dos Povos Indígenas do Sul é o segmento que agrega povos indígenas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul: Guarani, Kaingang, Xokleng, Xetá e Charrua. Ela foi organizada em 2006, com sede na cidade de Curitiba/PR, com o intuito de acumular forças políticas para se contrapor à avalanche de ameaças e agressões que vem sofrendo.

A Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Paraná (FECOQUI) é formada por integrantes de comunidades quilombolas de vários núcleos, tanto rurais como urbanos, de acampamentos provisórios ou assentamentos já constituídos. Os conflitos que enfrentam são de acesso e regularização do território tradicional. No Paraná foram identificadas 86 comunidades quilombolas.



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

O Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana (FPRMA) agrega diversas comunidades e nasceu por iniciativa de um grupo de religiosos por ocasião da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), em junho de 2009, buscando enfrentar o preconceito, a intolerância religiosa, a criminalização das suas práticas, ritos e oferendas religiosas.

O Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) enfrenta conflitos pelo acesso ao território tradicional, principalmente em razão da criação das Áreas de Preservação Ambiental (APAS) e os parques ambientais. As reivindicações dos pescadores englobam o acesso aos recursos pesqueiros – que ficam ameaçados pela pesca realizada pelas embarcações industriais, e também em razão da sobreposição do Parque Nacional do Superagui aos seus territórios tradicionais.

O que podemos observar na articulação dos ativistas destes diversos segmentos é que suas identidades se politizam e se articulam a processos de luta mais amplos. Os segmentos da Rede Puxirão são grupos compostos por diversas formações étnicas e que têm formas múltiplas de se relacionar e ocupar a terra: pelo uso comum, de modo nômade, pelos usos de franjas das terras das grandes fazendas, pela posse de terras devolutas, pelo uso livre da água (rio e mar) entre outras.

Eles enfrentaram (e enfrentam) uma série de conflitos fundiários, como o avanço das monoculturas sobre seus territórios, grilagens das suas terras, construção de grandes obras de infraestrutura, criação de unidades de preservação ambiental, restrições legais às suas atividades em áreas de conservação, entre outros. Essas ações do Estado sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais operaram – e continuam a operar – como processos de sobrecodificação (DELEUZE & GUATTARI, 1997b), de desmonte das formas de codificação da terra daqueles povos que nela (e dela) vivem e desarticulação de seus modos de vida, sobre eles impondo outro tipo de codificação (estatal e cadastral), que integra as áreas à propriedade privada, aos títulos fundiários e ao mercado de terras.





## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Os confrontos que esses segmentos realizam são contra os grandes proprietários de terra, empresas, governos e órgãos do Estado. A organização coletiva da Rede Puxirão está permeada por formas de lutas pela terra e pela continuidade de seus modos de vida, realizadas em diferentes tempos/espços. Os ativistas dos segmentos participaram em diversas organizações como os sindicatos de trabalhadores rurais, o movimento de posseiros, de trabalhadores rurais sem-terra, de atingidos por barragens, etc. Atualmente, essas lutas são mais específicas, contudo, se conectam em rede com outros segmentos e movimentos sociais.

Os segmentos que compõem a Rede Puxirão denunciam processos históricos de invisibilidade por parte do Estado e apontam para formas possíveis de avançar na luta pela diferença. A trajetória da Rede Puxirão é marcada pelo processo de articulação e mobilização de pessoas e grupos, realização de marchas e ocupações construídas pela cooperação entre suas pautas, enfrentamentos cotidianos e encaminhamentos de demandas e reivindicações para o Estado. É possível perceber que as formas de ação dos ativistas dão-se principalmente por afetos, por intensidades, sentimentos, revoltas, desejos que animam os atores engajados na luta pelos territórios e pelo reconhecimento. Eles enfrentam múltiplas violências: a perda dos territórios e de seus espaços de vida (quando não a própria vida).

O território, para os segmentos, é o espaço de existência em que se conectam humanos e não-humanos, compondo agenciamentos coletivos. O que está em jogo são seus territórios, em sua ampla concepção material, epistêmica, cultural e ontológica (ESCOBAR, 2014). Para os segmentos, a reivindicação pelo território inclui o acesso à terra e a livre circulação pelos lugares para coleta de plantas, realização de práticas religiosas e de cura, entre outros, de acordo com seus modos de vida específicos. O território é compreendido como espaço onde são impressos traços e marcas por seus ocupantes, mediante processos constantes de territorialização (DELEUZE & GUATTARI, 1997a). Ele é existencial, uma vez que “ele circunscreve, para cada um, o campo do

familiar e do vinculante, marca as distâncias em relação a outrem e protege do caos. O investimento íntimo do espaço e do tempo implica essa delimitação, inseparavelmente material e afetiva” (ZOURABICHVILI, 2004, p.46).

Os ativistas dos segmentos participam de organizações nacionais, estaduais e regionais de povos e comunidades tradicionais. Na relação que estabelecem com o Estado eles reivindicam direitos que consideram fundamentais para a sua existência, além de mobilizarem leis e decretos já existentes e os agregam às suas práticas de resistência. Contudo, mesmo que haja o reconhecimento formal de uma série de direitos, os ativistas denunciam a morosidade ou quase inexistência da ação do Estado para o reconhecimento efetivo de seus territórios.

A Rede Puxirão não é um espaço de representação dos segmentos, pois ela não se propõe a “representar” os povos e comunidades tradicionais do Paraná, é um espaço de produção coletiva, uma experiência de organização em que se opera um diálogo intensivo entre as diferenças e se estabelecem alianças, sempre que possível, encaminhando demandas conjuntas. Isso não quer dizer que não ocorram conflitos entre os segmentos, há sempre a possibilidade de disjunção. Contudo, nos focamos mais na construção de alianças que se produzem lentamente entre os segmentos e, menos nos rompimentos – que também ocorrem.

Os ativistas salientam sempre a autonomia dos segmentos frente à Rede Puxirão. É nas reuniões/encontros/manifestações que os ativistas se relacionam, acionam e são acionados por redes de relações que agenciam sua organização. A Rede Puxirão se configura como espaço em que ativistas se reúnem e coproduzem formas de organização e ação política. As articulações entre eles vão sendo produzidas como uma política que se desenvolve nas tramas de relações daqueles que se engajam de modo amplo nas diversas instâncias de luta dos segmentos que se reúnem.

## **A segmentaridade**

A divisão da Rede Puxirão em segmentos, longe de se constituir apenas como um modo de nomear, se refere a uma lógica de ação, de práticas, de aprendizagens coletivas abertas aos possíveis e aos imprevistos. Operar em lógicas segmentares permite que os segmentos não se constituam como um grupo unificado, mas que construam aproximações a fim de se apoiarem mutuamente e realizarem coletivamente os enfrentamentos de conflitos e as reivindicações ao Estado. Os encontros entre os segmentos permitem que eles troquem experiências, que se conectem, se cruzem e construam lutas, projetos e atuações em questões comuns.

A segmentaridade, como princípio organizativo, conforme Goldman (2006), não consiste na divisão de uma suposta unidade primeira em entidades discretas. Para o caso da Rede Puxirão cabe perceber que não existe uma unidade primeira de povos e comunidades tradicionais que subdivide-se nos diversos segmentos, mas ocorre a conversão de multiplicidades (de indivíduos, de coletivos de parentesco, de alianças, de organizações camponesas anteriores etc.) em segmentos (faxinais, ilhéus, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas etc.). Organizar-se politicamente como segmento, para os povos e comunidades tradicionais, consiste na experiência de defender coletivamente seus modos de vida e territórios.

Deleuze e Guattari (1997a) diferenciam dois tipos de segmentaridade: dura e flexível. A primeira é a marca do Estado, que substitui formações morfológicas flexíveis por essências ideais ou fixas, afetos por propriedades, segmentações em ato por segmentos pré-determinados, uma máquina de sobre-codificação que constituiu um espaço homogêneo e estabelece segmentos determinados em sua substância, sua forma e suas correlações – como no caso das identidades nacionais, que são impostas como formas assimilacionistas e integracionistas. Na segmentaridade flexível, por sua vez, operam as multiplicidades com inúmeras dimensões: são, portanto, micro-devires que nelas se dão. Essas segmentaridades





## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

políticas não são fixas, e continuamente são compostas outras alianças políticas em um arranjo relativo de acordo com critérios diversos que operam em oposição à lógica de centralização ou de unificação.

Vemos que na Rede Puxirão opera o processo segmentar flexível, da multiplicidade, em que os segmentos estabelecem conexões entre si, contudo, continuam a operar nas suas diferenças. A lógica segmentar aqui pode ser compreendida na forma como os segmentos se organizam: eles se articulam em conjunto, mas cada um desses povos tem já suas próprias organizações e suas questões específicas. O que se estabelece são conexões entre diferenças que se reúnem e realizam ações pautadas na alteridade, na multivocidade de modos de vida e de formas de luta. Nela se operam agenciamentos coletivos de enunciação, em que as diferenças são perspectivas radicais e irreduzíveis, e as posições de alteridade produzem uma comunicação cuja consistência possibilita atuarem conjuntamente. As demandas dos segmentos não são sobrepostas na ação coletiva da Rede Puxirão; pelo contrário, as suas demandas são compartilhadas, a fim de que conheçam as reivindicações dos outros segmentos e passem a defender-se mutuamente.

As identidades desses segmentos não apontam para uma unidade, mas operam por lógicas políticas segmentares, em que se aproximam em determinados momentos, se afastam em outros e podem voltar a se aproximar. Longe de unificar as demandas ou criar unificações de movimentos, estabelecem-se relações políticas rizomáticas, nas quais se realizam alianças e onde aquilo que poderia ser pensado como um “todo” (à medida que conecta em um nível mais amplo) é apenas uma “parte”, ao lado de outras partes, que, no caso, são os oito segmentos e, mesmo, a multiplicidade de povos. Nesse sentido, a Rede Puxirão não unifica os segmentos, ela se acrescenta a eles “como uma nova parte, composta a parte” (DELEUZE & GUATTARI, 1997a). Há, portanto, construção de uma luta comum ou do “que é comum numa luta maior”, na qual o comum não tem o sentido de identidade genérica, mas de comunicação transversal (ZOURACICHVILI, 2004) entre grupos que diferem.

Ocorre, portanto, a afirmação da diferença e a possibilidade de composição de pautas comuns de luta, não totalizáveis. As ações políticas que ali ocorrem “não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito” (DELEUZE & GUATTARI, 1997a). Quando os segmentos da Rede Puxirão se reúnem com outros movimentos sociais (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores etc.) as lógicas de atuação política segmentares também se estabelecem. As lutas são aproximadas em vários momentos e ocorre apoio mútuo entre eles. No entanto, o que povos e comunidades tradicionais defendem são perspectivas que se afastam das lógicas de unificação como agricultores familiares ou camponeses ou sem-terra. É a ênfase na diferença de modos de vida e, conseqüentemente, de modos de ação na luta que perpassa o debate.

### **Devir minoritário**

Nas relações que se estabelecem entre os segmentos da Rede Puxirão, pode-se remeter a noção de devir minoritário, conceito desenvolvido por Deleuze e Guattari (1997a). De modo amplo, um devir é o movimento por meio do qual as coisas se transformam, é um vir a ser, um tornar-se. Um devir não é imitação das formas estabelecidas, mas o encontro pelo “meio”. Assim, os devires minoritários, como o devir-mulher, o devir-negro, o devir-índio, não são a transformação em mulher, negro ou índio, tampouco a ação movida pela imitação do outro, mas “um encontro entre dois reinos, um curto circuito, uma captura de código onde cada um se desterritorializa” (DELEUZE & PARNET, 1998, p.57).

O devir é o movimento pelo qual o sujeito sai de sua própria condição por meio de uma relação de afetos que estabelece com uma condição outra. Esses afetos, contudo, não têm absolutamente o sentido de emoções ou sentimentos, mas daquilo que afeta, que atinge



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia** Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

e modifica (GOLDMAN, 2006). Para Deleuze e Guattari (1997a), um devir-minoritário se realiza ao traçar-se uma linha de fuga do padrão ou modelo estabelecido da maioria. E a fuga, nessa acepção, não é a negação da ação, mas um ato de criação, de experimento-invenção. O devir refere-se às relações construídas por alianças, não por filiações, relações que se dão por comunicações transversais entre os segmentos heterogêneos.

Isto posto, o que vemos na forma como a Rede Puxirão se organiza é um devir minoritário, uma invenção-experimento, um ato de resistência frente a processos de expropriação de seus territórios e também de resistência contra as formas de negação de seus modos de vida e suas cosmologias. Uma invenção-experimento é feita pelos ativistas à medida que, a partir de um processo de reconhecimento profundo da alteridade, inventam e experimentam formas de ação política coletiva entre os diversos segmentos, que não se dão pela unificação, mas pela ação na diferença. As interações que se constroem na Rede Puxirão ocorrem por meio de processos de alteridade, de estranhamento, de percepção e de ação do e com o outro, pela diferença.

O que ocorre são modos de implicação recíproca fundada na ideia de que o que pode acontecer a um segmento pode também afetar outro, como expressa um faxinalense: “A Rede é um espaço para gente socializar e a gente sente quando os companheiros lá do litoral, lá do Rio Paraná sofrem, estão sofrendo, nós faxinalenses sofremos juntos também. Das benzedoiras, se tem algum problema, isso atinge nós aqui, os outros segmentos” (Dimas, reunião da Rede Puxirão em março de 2013). Os segmentos são implicados uns nas lutas dos outros, e produzem agenciamentos de subjetivações (GUATTARI & ROLNIK, 2013). Assim, entre os segmentos se operam devires, na medida em que um segmento passa a se implicar na luta do outro. Cabe acrescentar que um devir sempre remete a resistências (devir-mulher, devir-homossexual, devir-negro, devir-criança, devir-índio) e nunca pode existir devir-homem, devir-heterossexual, devir-branco, devir-adulto.

Sobre os processos de devires que podem ser observados em termos sociopolíticos atualmente no Brasil, Danowski e Viveiros de Castro (2014) assinalam para um processo de



devir-índio, um incessante redevenir-índio que vai tomando setores importantes da “população” brasileira. Para os autores, este é um dos acontecimentos políticos mais importantes que testemunhamos no Brasil de hoje e que vai afetando outros povos além dos povos indígenas.

Entre os segmentos da Rede Puxirão, podemos falar em diferentes devires: *devir faxinalense*, *devir quilombola*, *devir ilhéu*, *devir benzedeira* etc., dos diversos segmentos. O devir, não quer dizer que um segmento se torne outro, ou que estes se fundam enquanto unidade quando se colocam em relação. Pelo contrário, trata-se de uma apreensão, em que as diferenças se comunicam, em que se passa a considerar a luta do outro, a poder se engajar com o outro segmento, constituir uma aliança, justamente por (re)conhecer e se relacionar com seus modos de vida e suas lutas. Sobre esse reconhecimento das diferenças, os integrantes dos segmentos posicionam-se:

Acredito que, como eu, muita gente não tinha noção de tanta diversidade que tem no Brasil [...]. Estava tudo muito escondido e até nós mesmos, muitas vezes, falando mal dos outros por falta de conhecimento [...] A gente se criou ouvindo que o que o negro faz, o que o indígena faz, o que o povo de terreiro faz é errado, mas na Comissão [Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais]<sup>139</sup> eu aprendi a respeitar (Hamilton, Encontro Sul de Povos e Comunidades Tradicionais, Curitiba, agosto, 2014).

Antes ninguém defendia cigano. Existia quem defendesse indígena, quem defendesse negro, mas ninguém defendia cigano. Hoje essa realidade mudou e os indígenas nos defendem, os negros nos defendem, os pomeranos nos defendem (Luís Carlos, cigano, Encontro Sul de Povos e Comunidades Tradicionais, Curitiba, agosto, 2014).

---

<sup>139</sup> A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), foi criada, a partir de decreto presidencial em 2006, e é composta por um grande número de organizações de povos e comunidades tradicionais e por entidades governamentais no Brasil.

Devir é, portanto, ser afetado, relacionado aos outros povos, estabelecer alianças intensivas (de *conhecimento*, de *respeito*, de *defesa* do outro povo). Isso não implica que os segmentos sempre atuarão conjuntamente, pois o “devir” se dá tanto por alianças e atualizações, como por fechamentos. Segundo Deleuze e Guattari (1997a), às relações que compõem, decompõem ou modificam um indivíduo correspondem intensidades que o afetam, aumentando ou diminuindo sua potência de agir, vindo das partes exteriores ou de suas próprias partes. Os afetos, para os autores, são devires. Devir é um movimento por meio do qual é possível arrancar a identidade tida como substancial para construir outro território existencial.

Nessas experiências de abertura à alteridade, os segmentos vão construindo territórios existenciais de diferenças, ampliando-se as formas de relações políticas. A organização política e a ação coletiva desenvolvem-se pela intensidade diferencial, pela criação que se produz nesses encontros de diferenças (permitindo nascer aquilo que ainda não existia ou que existe de outro modo), aquilo que é construído a partir das diversas experimentações de luta de cada um dos segmentos e entre eles.

### **Micropolítica**

A atuação da Rede Puxirão constitui-se por conexões tanto macro como micropolíticas. Os segmentos estabelecem relações com o Estado, com outras instituições, ao mesmo tempo em que se apoiam mutuamente nas resistências cotidianas, nas organizações locais, que têm como base as urgências e conflitos diários. Ao mesmo tempo em que os segmentos se aproximam para realizar lutas conjuntas, cada segmento, e mesmo cada grupo, continua a realizar suas lutas específicas.

Os processos de articulação e de construção de alianças que se dão na Rede Puxirão reúnem indivíduos e coletivos, que têm as suas identidades políticas ligadas aos territórios, que passam a realizar ações conjuntas, em rede. Essas ações promovem o diálogo entre



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

múltiplos agentes sociais em que grupos locais passam a expor suas questões publicamente (para um nível que transcende o local) e passam a reivindicar o *direito à vida*, como eles mesmos mencionam.

Reunir-se coletivamente no espaço da Rede Puxirão requer dos ativistas um exercício constante de alteridade, um movimento por meio do qual se deslocam de sua própria condição por meio da relação que estabelecem com outra condição, através de uma micropolítica da percepção, da afecção, do diálogo etc. (DELEUZE & GUATTARI, 1996). São, portanto, mutuamente afetados, modificados, compostos e decompostos como sujeitos individuais e coletivos. Nessa inter-relação, buscam construir um modo de reconhecimento mútuo, em que aquilo que afeta um segmento passa a ser considerado pelos demais nos encaminhamentos coletivos das lutas que realizam.

As reuniões e encontros são ocasiões em que as diferenças se expõem e passam a constituir possibilidades de articulações coletivas, em que o conhecimento que se produz nessas relações de diálogo, de tensão e de interação entre os segmentos, bem como o modo como esse conhecimento é abordado coletivamente, possibilita as conexões políticas entre eles. As relações políticas entre os segmentos se dão, portanto, através do reconhecimento de modos de existência, da alteridade como constitutiva do ser, em que estes se colocam em relação com o outro, produzem conexões, nas quais estão em questão a responsabilidade, a implicação. Os segmentos, produzem, assim, modos de subjetivação, processos de singularização (GUATTARI & ROLNIK, 2013), mediante a construção de associações com o outro, por meio de interconexões políticas.

Nas reuniões e encontros, realizam-se trocas de experiência, estabelecem-se relações de alteridade, em que diferentes perspectivas e modos de vida se vinculam. A ação coletiva da Rede Puxirão depende da relação intensiva de alteridade, na qual o modo de fazer política coloca mundos diferentes em contato. Compreendemos que esses espaços de articulação se encontram cruzados/atravesados por elementos das sociabilidades



cotidianas, que entram em conexão e que compõem os espaços entendidos como mais formais/institucionais.

O espaço da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, mesmo sendo criação oficial do Estado, com lógicas de funcionamento estatais, com suas pautas previamente estabelecidas, acaba sendo mais um espaço em que os integrantes dos segmentos de povos e comunidades tradicionais do país interagem, passam a se conhecer e reconhecer suas situações de conflito e lutas, falam de suas experiências locais e, com isso, produzem formas de ação política, de relações entre si e realizam pressão sobre os dispositivos estatais, reivindicando a ampliação de políticas públicas e a efetivação daquelas já existentes. Eles passam a subverter a lógica da organização estatal e construir, dentro dela, microrrelações (micropolítica dentro da macropolítica), criando alianças com outros povos, a partir da afirmação e do reconhecimento mútuo da diferença, realizando, entre si, trocas de experiências políticas. Produzem-se, assim, resistências e composições de movimentos políticos por meio de alianças que se estabelecem entre ativistas de diversos segmentos.

### **Ontologia política**

É, portanto, pela multiplicidade – enquanto complexidade de alianças nas quais elementos heterogêneos se conectam – que se constitui a organização política desses povos, em que não há unificação. São justamente as experiências em termos de trajetórias no tempo e no espaço que possibilitam seus processos de diferenciação e de ação. Assim, as singularidades atuam como elementos de atração para os quais convergem muitas trajetórias (ESCOBAR, 2005). Trata-se de uma **ontologia política** dos modos de existência, que mobiliza os devires, que convida a uma abertura de si e da apreensão de outros modos de ser. A ontologia, nesse caso, não refere à constituição de um Ser, mas de



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

vários modos de ser, de uma variabilidade de mundos e existências, uma política da afecção e da implicação que um segmento tem com os outros.

Quando os segmentos da Rede Puxirão afirmam que sua luta é pelo seu reconhecimento, trazem para o debate dimensões ontológicas, em que diferentes mundos e formas de existir se colocam em relação nos espaços em que se encontram. Nesse sentido, a organização política dos segmentos poderia ser entendida, nos termos de Blaser (2009) e Escobar (2014), como uma ontologia política, em que a existência de múltiplos mundos, onde residem formas de diferença radical, criam delineamentos particulares de ver e fazer política e permitem pensar sobre os complexos processos de disputa entre mundos. Blaser (2009, p.84) considera a existência de “ontologias ou mundos múltiplos que não são entidades que existem por si mesmas, mas são o produto de práticas historicamente situadas, incluindo aquelas políticas práticas associadas a suas interações mútuas”.

Ao lutarem pelo seu reconhecimento, povos e comunidades tradicionais buscam, portanto, o reconhecimento de suas diferenças, de seus mundos, de suas cosmologias e ontologias, que nos termos de Escobar (2014), são as premissas que os diversos grupos sociais mantêm sobre as entidades que realmente existem no mundo. Os diversos lemas de luta destes segmentos, proferidos em todos os espaços de organização e ação política, carregam potências cosmo-ontológicas: “No direito ou na luta, essa terra é faxinalense!”; “Cuidar da vida, é a nossa missão!”; “Ilhéus do Rio Paraná, unidos vamos lutar!”; “Cipozeiros em movimento, na luta pelo reconhecimento!”; “Quando um guerreiro tomba, o outro se levanta!”; “África, teu povo se levanta!”; “Quem é de axé, diz que é!”; “Na terra e no mar, nós vamos lutar!” – que correspondem respectivamente aos faxinalenses, benzedeiros, ilhéus, cipozeiros, indígenas, quilombolas, religiões de matriz africana e pescadores artesanais.

Para estes segmentos, as identidades são produzidas pelas diferenças, constituindo o que Tarde (2007, p.98) aponta sobre “existir é diferir”. Não são, contudo, diferenças que se

estabelecem apenas como conciliáveis, mas que se constituem em processos de lutas (DELEUZE, 2006). Ao falarmos em ontologia política, levamos em conta que os processos efetuados pelos segmentos da Rede Puxirão em torno do reconhecimento de seus modos de existir ligam-se às ações políticas coletivas que esses segmentos operam.

Nas suas reivindicações, povos e comunidades tradicionais realizam denúncias do controle, perseguição e violência que são exercidos sobre eles, tanto pelo Estado quanto por setores hegemônicos da sociedade. O que se verifica em seus relatos é que sua história é marcada por racismos e discriminações que têm desconsiderado a sua existência. Essas sobrecodificações podem ser lidas como biopoder, nos termos de Foucault (1999), pois exercem controle sobre a população, a vida, os vivos, os territórios, e lhes impõe invisibilidade política e pressões econômicas e fundiárias etc.

Os dispositivos criados pelo Estado e/ou por organismos internacionais produzem regulações sobre os povos e comunidades tradicionais e seus territórios. Os dispositivos, na acepção de Foucault (1999; 2008), são os operadores materiais do poder, as técnicas, as estratégias, os mecanismos e as formas de assujeitamento. Eles concentram elementos de natureza heterogênea: são, ao mesmo tempo, discursos e práticas de instituições e táticas de mudanças.

Cabe salientar que a criação de dispositivos reguladores não acarreta a imobilidade dos grupos sobre os quais eles incidem; em diversos casos, os coletivos inclusive têm reivindicado regularizações sobre seus territórios, como forma de garanti-los frente à violência de outros dispositivos que têm ameaçado seus modos de vida. Em diversos momentos, há a necessidade de os segmentos realizarem lutas, mesmo no interior das instituições do Estado (nas Comissões, nos Conselhos, etc.), para assegurar sua existência frente a contextos de extremo cerceamento. Contudo, mesmo quando se inserem nesses espaços, são irreduzíveis às lógicas do aparelho estatal.



### **Algumas considerações**

Entre os segmentos da Rede Puxirão ocorrem relações diversas que foram sendo tecidas por esses povos e comunidades tradicionais, num jogo entrelaçado de aproximações, afastamentos, rompimentos e deslocamentos. O modo de ação política coletiva defendida pela Rede Puxirão ocorre pela troca de perspectivas sobre seus modos de vida, mas também sobre suas formas de fazer a luta, em que um segmento apreende as lógicas e passa a estar implicado e/ou poder se implicar na luta de outro. Eles passam a ser envolvidos ou se envolver um nas lutas dos outros.

A forma de organização da Rede Puxirão poderia ser aproximada das possibilidades de luta política que são discutidas por Stengers (2013), que não se dão por formas de representação [ou se dão muito menos por esse tipo de formato], mas operam mais pela produção de repercussões, de modo que aquilo que acontece a uns faz os outros pensar e agir, e também aquilo que é bem sucedido a uns, o que eles aprendem, o que os faz existir, torna-se também recurso e possibilidade experimental para os outros.

A lógica da Rede Puxirão opera por segmentaridade, por rizoma – que funciona por encontros e agenciamentos: um segmento pode se aliar a outro (ou a mais de um) e constituir, junto com estes, algo, mas essa aliança supõe, sempre, uma disjunção possível. Ela se organiza pela multiplicação das diferenças que se constroem nas suas ações políticas coletivas. Estamos diante de mobilizações coletivas, de experiências, de perspectivas e de significados que os atores sociais atribuem aos seus engajamentos.

O que nos parece inovador nas formas de ação coletiva da Rede Puxirão é a prática da alteridade como central na possibilidade de luta conjunta. A relação entre as diferenças é valorizada e contraposta à unificação em um movimento que poderia ser agregado em torno de uma nomeação e de pautas unificadoras. A ação política entre os segmentos ocorre como criação, a partir das relações entre as diferenças, que se estabelecem entre as cosmologias e



**VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**  
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

entre formas e pautas de luta, em um processo de invenção-experimentação constante realizado pelos segmentos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: DELGADO, Nelson. (Org.) **Brasil Rural em Debate**. Brasília: MDA/SDT e IICA, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JR, Emmanuel de Almeida (Org.). **Povos e Comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

BLASER, Mario. La ontologia política de um programa de caza sustentable. **Red de Antropologías del Mundo**. e-journal, n.4, pp. 81-107, enero, 2009.

BOLETIM informativo das benzedeadas (Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil). **Conhecimentos tradicionais e mobilizações políticas**: o direito de afirmação da identidade de benzedeadas e benzedores, municípios

de Rebouças e São João do Triunfo, Paraná. Manaus: Editora da Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie, Instituto Socioambiental, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1 Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3 Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 4 Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5 Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997b.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sentipensar con la tierra**: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, la généalogie, l'histoire. In: **Dits et écrits**, vol.II, Paris: Gallimard, 1994a.

\_\_\_\_\_. Le jeu de Michel Foucault [entretien avec D. Colas et al, 1977]. In: **Dits et écrits**, vol. III, Paris: Gallimard, 1994b.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da Sociedade**: Curso do Colège de France 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOLDMAN, Marcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, [1986], 2013.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LITTLE, Paul. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série antropológica**, 322. Brasília: UnB, 2002.

REVEL, Judith. **Le vocabulaire de Foucault**. Paris: Elipses edições, 2009.

SOUZA, Roberto Martins de. Na luta pela terra, nascemos faxinalenses: uma reinterpretção do campo intelectual de debates sobre os faxinais. 2010. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

STENGERS, Isabelle. **Au temps des catastrophes**: resister à la barbarie qui vient. Paris: Éditions la Découverte, 2013.





**VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**  
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

TARDE, Gabriel. **Monadologia e sociologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

WEDIG, Josiane Carine. Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná: luta pelo território e pela diferença. 2015. 173f. **Tese** (Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. Organização política e luta pela diferença: ações coletivas da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. **Ruris**, Campinas, UNICAMP, v.10, n.1, Mar., 2016.